



TRILHAS DO DIREITO



Direito e
Negócios



Carreira
Acadêmica



Carreiras e
Políticas
Públicas

CADERNO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

2026-2



ORIENTAÇÕES E INFORMAÇÕES IMPORTANTES

PROCEDIMENTO DE INSCRIÇÃO

O(a) estudante que desejar cursar uma ou mais atividades complementares deve comparecer ao primeiro encontro da oferta de interesse. As datas e horários de início das aulas constam neste Caderno e no Quadro de Atividades Complementares 2026/02.

O(a) aluno(a) que não comparecer ao encontro inaugural, não será inscrito(a) na atividade de interesse. Para os simulados do exame da OAB e para as ofertas *on-line* há necessidade de inscrição prévia, por meio dos *links* indicados na descrição da atividade.

DINÂMICA DA PRIMEIRA AULA

No primeiro encontro, o(a) professor(a) apresentará a proposta da sua atividade, conferindo destaque ao conteúdo programático e à metodologia de avaliação (se houver). O objetivo desses esclarecimentos é evitar desistências ao longo do semestre, que prejudicam o planejamento do(a) professor(a) e impedem que outros(as) estudantes preencham vagas ociosas e ingressem na atividade após o início das aulas.

Ao final da primeira aula, o(a) professor(a) fará uma consulta aos(às) alunos(as) presentes, para confirmar a continuidade na atividade.

Caso a demanda supere a oferta de vagas, o(a) professor(a) promoverá uma seleção entre os(as) interessados(as), aplicando os critérios que julgar adequados. A relação nominal dos(as) alunos(as) selecionados(as) será encaminhada, pelo(a) professor(a), à Coordenação, logo após o término da primeira aula.

Havendo disponibilidade do(a) professor(a) e interesse dos(as) estudantes remanescentes, a Coordenação avaliará a possibilidade de abertura de uma segunda oferta.

Os cursos de curta duração iniciarão suas atividades já no primeiro encontro.

CONSEQUÊNCIAS DO ABANDONO DE UMA ATIVIDADE COMPLEMENTAR

O acúmulo de faltas superior a 25% das aulas previstas, caracterizará o abandono da atividade complementar.

Vitória, 14 de agosto de 2026.

Ivana Bonesi Rodrigues Lellis

Coordenadora do Curso de Direito da FDV



Carreira
Acadêmica



Carreiras e
Políticas
Públicas



Direito e
Negócios

VIAGEM ACADÊMICA PARA SÃO PAULO

APRESENTAÇÃO

A Visita Acadêmica a São Paulo consiste em uma atividade de formação complementar destinada aos estudantes do Curso de Direito da FDV, com o objetivo de proporcionar uma experiência de aproximação entre a formação acadêmica e a realidade profissional do mercado jurídico.

Durante a atividade, os estudantes terão a oportunidade de conhecer escritórios de advocacia, instituições e espaços relacionados ao Direito e ao mercado jurídico, incluindo a FENALAW, além de participar de visitas e atividades que possibilitem o contato direto com diferentes áreas de atuação profissional.

A programação busca ampliar a compreensão dos alunos acerca das possibilidades de carreira no Direito, promover o contato com profissionais e instituições de referência e proporcionar uma experiência prática que dialogue com os conhecimentos desenvolvidos ao longo da graduação.

No dia 27 de agosto, às 11h30, será realizada uma apresentação online da Visita Acadêmica a São Paulo, destinada aos estudantes interessados em participar da atividade. Durante o encontro, será apresentado o roteiro da viagem, com informações sobre a programação, os locais que serão visitados e as demais atividades previstas para o período de 20 a 22 de outubro.

PÚBLICO-ALVO

A partir do 1º período.

DOCENTE

Diego Pimenta Moraes



Mestre em Direitos e Garantias Fundamentais (FDV) e especialista em Direito Tributário e Direito Societário. Advogado, professor universitário e pesquisador. Atua em Direito Constitucional, Processo Civil e Direito Administrativo, com interface em tributário e societário. Desenvolve estudos em controle de constitucionalidade, processo constitucional e improbidade administrativa.

OUTRAS INFORMAÇÕES

Carga horária: 24 horas

Data de apresentação da proposta e roteiro da viagem: 27/08/2026

Dia da semana: quinta-feira

Horário: 11h30

Local: sala 13

Datas da viagem: 27 a 29/10/2026



DE - DIREITO MARÍTIMO E PORTUÁRIO

APRESENTAÇÃO

O curso oferecido tem como objetivo fornecer aos alunos noções gerais sobre o Direito Marítimo e Portuário à luz das normas internas e internacionais. Da exploração do porto público e privado e suas instalações, das funções dos operadores portuários, do órgão Gestor de Mão de Obra Avulsa – OGMO e a análise da legislação portuária. Do direito marítimo e da navegação e da proteção do meio ambiente marinho. Análise dos espaços marítimos, plataforma continental, Amazônia azul. A função do Tribunal Marítimo. Classificação de navios. Bandeiras de Conveniência. Convenção das Nações Unidas Sobre Direito do Mar.

PÚBLICO-ALVO

A partir do 1º período.

DOCENTE

Marcelo Obregon



Doutor em Direito e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito - FDV. Mestre em Direito Internacional e Comunitário pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Especialista em Política Internacional pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Coordenador Acadêmico do curso de Especialização em Direito Marítimo e Portuário da FDV. Professor de Direito Internacional e Direito Marítimo e Portuário nos cursos de graduação e pós-graduação da FDV.

OUTRAS INFORMAÇÕES

Carga horária: 30 horas

Data de início: 17/08/2026

Dia da semana: segunda-feira

Horário: 11h30 às 13h10

Local: sala 16



DE - DIREITO PREVIDENCIÁRIO: REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

APRESENTAÇÃO

O Regime Geral de Previdência Social (RGPS) é o principal pilar da proteção previdenciária no Brasil, assegurando direitos fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988. Sua estrutura e funcionamento materializam garantias constitucionais de proteção em situações de risco social, como incapacidade, velhice e morte, e refletem o compromisso do Estado com a dignidade da pessoa humana.

O estudo do RGPS possui grande relevância jurídica, dado o impacto direto na vida de milhões de brasileiros e o papel central do INSS como um dos maiores litigantes do país. As transformações introduzidas pela EC nº 103/2019 (Reforma da Previdência) e os desafios de sustentabilidade do sistema ampliaram a demanda por profissionais especializados na área, o que se reflete no crescente interesse acadêmico e na valorização da matéria nos concursos e no Exame da OAB.

PÚBLICO-ALVO

A partir do 4º período.

DOCENTE

Luiza Baleeiro Coelho Souza



Mestre em Direito das Relações Sociais e Trabalhistas pelo UDF. Especialista em Direito do Trabalho e Previdenciário pela PUC/MG; Ex-conselheira da 24ª Junta de Recursos do Conselho de Recursos da Previdência Social – CRPS; Coordenadora Regional do IBDP no Espírito Santo. Membro das comissões estaduais de RGPS e RPPS no Estado do Espírito Santo. Advogada e professora.

OUTRAS INFORMAÇÕES

Carga horária: 30 horas

Data de início: 19/08/2026

Dia da semana: quarta-feira

Horário: 11h30 às 13h10

Local: sala 16



Carreira
Acadêmica

DE - COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL PENAL E CIVIL: SOLUÇÃO DE CONFLITOS DE LEI NO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

APRESENTAÇÃO

A crescente globalização e interconectividade entre as nações tem demandado uma colaboração cada vez mais intensa entre os países no combate ao crime transnacional na busca da efetividade da justiça civil. O curso foi pensado para fornecer uma visão abrangente dos mecanismos de cooperação jurídica internacional entre países e da solução de conflitos de lei entre pessoas físicas e jurídicas quando realizam fatos jurídicos fora do território nacional, através das dinâmicas de cooperação internacional e entender como os instrumentos legais e acordos multilaterais facilitam a comunicação e o auxílio mútuo entre os sistemas de justiça de diferentes nações.

PÚBLICO-ALVO

A partir do 1º período.

DOCENTE

Marcelo Obregon



Doutor em Direito e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito - FDV. Mestre em Direito Internacional e Comunitário pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Especialista em Política Internacional pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Coordenador Acadêmico do curso de Especialização em Direito Marítimo e Portuário da FDV. Professor de Direito Internacional e Direito Marítimo e Portuário nos cursos de graduação e pós-graduação da FDV.

OUTRAS INFORMAÇÕES

Carga horária: 30 horas

Data de início: 18/08/2026

Dia da semana: terça-feira

Horário: 11h30 às 13h10

Local: sala 14



Carreira
Acadêmica



Carreiras e
Políticas
Públicas

CLÍNICA DE DIREITOS HUMANOS

APRESENTAÇÃO

A atividade complementar Clínica de Direitos Humanos – CDH pretende promover um espaço de aprendizagem baseada em casos concretos, trazendo uma dimensão prática a temas de direitos humanos, buscando sua dimensão política e social.

A Clínica de Direitos Humanos foi criada a partir da ideia surgida no bojo do Projeto Flee Asset - Fighting Labour Exploitation through Education - Agricultural Sector Specialist Training, iniciativa realizada em rede internacional por Universidades da Europa (Espanha, Itália e Portugal) e da América Latina (Brasil, Uruguai, Paraguai e Argentina), financiada pela União Europeia (European Education and Culture Executive / ERASMUS-EDU-2023-CBHEAgency).

Neste semestre desenvolverá suas atividades com o tema Escravidão Contemporânea: conscientização como estratégia de combate. Promoverá encontros preparatórios com os alunos para compreensão do tema, analisando os conceitos de escravidão contemporânea a partir de sua delimitação jurisprudencial. A partir dos conhecimentos adquiridos nos encontros preparatórios, promoverá 2 visitas a escolas, nas quais o tema será apresentado à comunidade escolar, trazendo esclarecimentos sobre a identificação das violações que caracterizam o trabalho análogo à escravidão, bem como as instituições existentes para denúncias e instituições de apoio às vítimas.

Como parte das atividades desse semestre os alunos participarão do “Seminário Diferenças que Transformam”, que analisará os protocolos de julgamento desenvolvidos pelo CNJ e pela Justiça do trabalho, dentre os quais se encontra o Protocolo para julgamento com Perspectiva de Enfrentamento do Trabalho Escravo Contemporâneo

PÚBLICO-ALVO

A partir do 1º período.

DOCENTES

José Luiz Bolzan de Moraes



Professor da Faculdade de Direito de Vitória – graduação e pós-graduação (mestrado e doutorado); Mestre em Ciências Jurídicas (PUC/RJ); Doutor em Direito do Estado (UFSC e Université de Montpellier I – France); Pós-doutoramento em Direito Constitucional (Univ. de Coimbra/PT). Coordenador da Rede Internacional de Pesquisa “Estado & Constituição”. Professor Visitante da U. di Firenze/IT. Pesquisador PQ/CNPQ. karkaroline

Marcela Bussinguer



Doutora em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV). Mestre em Direito do Trabalho pela PUC-Minas. Advogada. Pesquisadora integrante do Projeto Flee Asset - Fighting Labour Exploitation through Education - Agricultural Sector Specialist Training.

OUTRAS INFORMAÇÕES

Carga horária: 18 horas

Data de início: 24/08/2026

Dia da semana: segunda-feira

Horário: 11h30 às 13h10

Local: sala 15



Carreiras e
Políticas
Públicas



Carreira
Acadêmica

NEPI - NÚCLEO DE ESTUDOS EM POLÍTICAS E CONFLITOS INTERNACIONAIS

APRESENTAÇÃO

A permanente e célere transformação das relações internacionais num mundo contemporâneo marcado por enfrentamentos comerciais, ideológicos e militares, impactam profundamente nas esferas políticas, sociais e jurídicas.

Questões como conflitos armados, direitos humanos, mudanças climáticas, migrações, comércio internacional e diplomacia multilateral exigem um debate acadêmico permanente com o objeto de compreender e analisar a complexidade do cenário global.

Nesse contexto, propõe-se a criação de um Núcleo ou Laboratório de Estudos em Políticas e Conflitos Internacionais -NEPI -, que tem como objetivo fomentar o debate acadêmico e o pensamento crítico sobre os grandes temas da atualidade no campo das relações internacionais, sob a perspectiva jurídica e política.

O núcleo pretende integrar estudantes de diferentes períodos, promovendo o aprendizado colaborativo e o diálogo interdisciplinar entre Direito Internacional, Ciência Política, Economia e Relações Internacionais.

PÚBLICO-ALVO

A partir do 1º período.

DOCENTE

Marcelo Obregon



Doutor em Direito e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito - FDV. Mestre em Direito Internacional e Comunitário pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Especialista em Política Internacional pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Coordenador Acadêmico do curso de Especialização em Direito Marítimo e Portuário da FDV. Professor de Direito Internacional e Direito Marítimo e Portuário nos cursos de graduação e pós-graduação da FDV.

OUTRAS INFORMAÇÕES

Carga horária: 30 horas

Data de início: 18/08/2026

Dia da semana: terça-feira

Horário: 9h40 às 11h20

Local: sala 16



Direito e
Negócios

LABORATÓRIO DE INOVAÇÃO JURÍDICA DA FDV – LINOJUS



APRESENTAÇÃO

A proposta do Laboratório de Inovação Jurídica da FDV – LINOJUS é a de aproximar a formação jurídica das transformações que vêm redesenhando a atuação do profissional do Direito diante de ambientes cada vez mais marcados pela inovação tecnológica, organizacional e social. Vivemos um momento em que startups, incubadoras, aceleradoras e demais agentes do ecossistema de inovação demandam profissionais capazes de compreender não apenas a técnica jurídica tradicional, mas também a lógica, os riscos e as oportunidades próprias de ambientes inovadores. É nesse contexto que o LINOJUS se insere como espaço de formação prática para os estudantes.

Como atividade de caráter contínuo, o Laboratório não se esgota em um conjunto fixo de temas, mas se estrutura como um percurso formativo que se atualiza e se aprofunda a cada novo ciclo. O eixo central da proposta é desenvolver, de forma progressiva, a compreensão dos estudantes sobre o ecossistema de inovação, os agentes que o compõem e os papéis que cada um desempenha. A partir dessa fundamentação, o Laboratório tem se voltado ao desenvolvimento da capacidade de diagnosticar riscos jurídicos enfrentados por empreendimentos inovadores, particularmente aqueles em estágios iniciais ou de incubação. Trata-se de uma habilidade construída de forma situada, na qual os estudantes exercitam a escuta qualificada de demandas reais, a identificação de desafios concretos e a construção de soluções jurídicas viáveis para enfrentá-los.

Essa dimensão prática é continuamente alimentada pela aproximação entre o Laboratório e os diversos agentes que compõem o ecossistema de inovação, sejam eles institucionais, empresariais ou comunitários. Essa interação constante amplia o repertório dos alunos, conectando a formação acadêmica a problemas concretos experimentados por atores desse ecossistema.

PÚBLICO-ALVO

A partir do 1º período.

DOCENTES

Rafael Bebbler Chamon



Mestre em Direitos e Garantias Fundamentais (FDV). Advogado e Diretor de Relações Institucionais da TecVitória – Incubadora de Empresas de Base Tecnológica.

OUTRAS INFORMAÇÕES

Carga horária: 16 horas

Data de início: 27/08/2026

Dia da semana: quinta-feira (encontros quinzenais)

Horário: 19h às 20h40

Local: Sala de aula virtual: <https://meet.google.com/gwt-nqys-hsx?pli=1>



Carreiras e
Políticas
Públicas

LADIP - LABORATÓRIO DE DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS

APRESENTAÇÃO

O projeto “Laboratório de Políticas Públicas: elaboração de projetos de lei” propõe transformar o curso de Direito em um ambiente de experimentação prática e formação cidadã, com foco no processo legislativo municipal. Por meio de uma metodologia ativa, os estudantes são desafiados a identificar problemas reais da sociedade, elaborar soluções legislativas e vivenciar, de forma simulada, todas as etapas do processo legislativo. A iniciativa está fundamentada na Constituição Federal e em obras de referência sobre técnica legislativa, discurso jurídico e direito constitucional, buscando articular teoria, prática e compromisso ético. A oficina se desenvolve em cinco encontros temáticos, com culminância na simulação de uma sessão legislativa na Câmara Municipal de Vitória. O projeto visa preparar estudantes para atuarem com responsabilidade social na produção normativa, aproximando a universidade da realidade institucional e da população. Ao capacitar futuros profissionais do Direito para a elaboração de propostas eficazes, o Laboratório consolida-se como espaço de formação crítica, inovação e cidadania ativa.

PÚBLICO-ALVO:

A partir do 1º período.

DOCENTE:

Aylton Trancoso Dadalto



Advogado (FDV), pós-graduado em Gestão Pública (FDV), Direito Público (Faculdade Cers) e Segurança Pública e Investigação Criminal (Gran Centro Universitário). Gerente de Parcerias Público-Privadas na Prefeitura de Vitória entre julho de 2021 e junho de 2022. Presidente do Conselho Municipal de Segurança Urbana do Município de Vitória/ES (2021-2023) e reeleito Conselheiro de Segurança Urbana da Regional 5 com 499 (quatrocentos e noventa e nove) votos. Assessor Adjunto na Secretaria de Governo na Prefeitura Municipal de Vitória entre 2021 e 2024. Diretor Jurídico do Clube Alvares Cabral por 6 anos, Presidente da Federação de Tênis do Estado do Espírito Santo e Vice-Presidente da Associação de Moradores da Praia do Canto por 3 anos. Vereador de Vitória em 2024, eleito com 5.218 votos, sendo o segundo vereador mais votado da cidade de Vitória

OUTRAS INFORMAÇÕES

Carga horária: 22 horas

Data de início: 27/08/2026

Dia da semana: quinta-feira

Horário: 9h40 às 11h20

Local: sala 11



Direito e
Negócios

CCD - CARREIRA *IN-HOUSE*: PRIMEIROS PASSOS NA ADVOCACIA CORPORATIVA

APRESENTAÇÃO

Já pensou em fazer carreira no Departamento Jurídico de uma grande empresa, se reportando ao Conselho e à Diretoria e ajudando diretamente na tomada de decisão? O curso “Carreira *In-House*: primeiros passos na advocacia corporativa” é um encontro rápido e objetivo para quem está na graduação e quer entender, de forma simples e prática, como funciona a atuação do advogado corporativo, o chamado *in-house*, isto é, o Executivo Jurídico, que atua diretamente no Departamento Jurídico das empresas, participando de decisões estratégicas, prevenindo riscos e conectando o Direito ao negócio. Sem aprofundamentos técnicos e sem pré-requisitos, o curso tem uma proposta introdutória: apresentar o dia a dia da carreira, os principais desafios, as habilidades mais valorizadas e os caminhos possíveis para quem deseja explorar esse universo ainda durante a graduação, com uma interface direta com profissionais renomados de grandes empresas capixabas.

PÚBLICO-ALVO

A partir do 1º período.

DOCENTE

Beatriz Fraga de Figueiredo



Advogada formada pela Faculdade de Direito de Vitória (“FDV”), pós graduada em Direito Societário (LLM) pela Fundação Getúlio Vargas (“FGV”). Coursou, na Saint Paul Escola de Negócios, o curso “Gestão Estratégia de Departamentos Jurídicos”. Iniciou as atividades na advocacia corporativa em um grupo empresarial capixaba com mais de 70 anos de existência, atuando no setor imobiliário, comércio exterior e logística. Certificada pela Legal Ethics e Compliance (“LEC”) em Liderança ESG (“CPESG”). Coordeno, há seis anos, o Departamento Jurídico de um conglomerado de empresas familiares de gerenciamento de resíduos e energias renováveis, com unidades operacionais no ES, BA, PR, PB e MG, denominado “Marca Ambiental”. Em 2022, fundou o grupo “Advogadas Corporativas Capixabas - ACC”, que conta com mais de 100 mulheres advogadas atuantes em jurídicos internos no Estado do Espírito Santo, a fim de promover o desenvolvimento profissional, fortalecer redes de apoio e compartilhar experiências relevantes. Atualmente, Estou também é Vice-Presidente da Comissão de Advocacia Corporativa da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional do Estado do Espírito Santo (“OAB-ES”).

Isabella Carvalho De Muner



Advogada formada pela Faculdade de Direito de Vitória ("FDV"), pós-graduada em Direito e Negócios Imobiliários pelo IBMEC. Certificada pela Legal Ethics e Compliance ("LEC") em Liderança ESG ("CPESG"). Iniciou as atividades na advocacia corporativa na Ecovias Capixaba, do Grupo Ecorodovias, passando a atuar como Assessora Estratégica na Agência Reguladora de Transportes de Minas Gerais ("ARTEMIG") e retornando recentemente à Ecovias Capixaba. Forte atuação no setor de infraestrutura de transporte, concessões públicas e PPP's. Em 2022, fundou o grupo "Advogadas Corporativas Capixabas - ACC", que conta com mais de 100 mulheres advogadas atuantes em jurídicos internos no Estado do Espírito Santo, a fim de promover o desenvolvimento profissional, fortalecer redes de apoio e compartilhar experiências relevantes.

OUTRAS INFORMAÇÕES

Carga horária: 10 horas

Data de início: 25/08/2026

Dia da semana: terça-feira

Horário: 11h30 às 13h10

Local: sala 11



Carreiras e
Políticas
Públicas

CCD - DIREITO URBANÍSTICO: A DISPUTA POR TERRITÓRIOS NO BRASIL (INDÍGENAS, QUILOMBOLAS E URBANOS)

APRESENTAÇÃO

Com caráter crítico e interdisciplinar, este curso explora a interface entre o Direito Urbanístico, a História, a Geografia, a Sociologia Urbana e a Antropologia. O objetivo é fornecer as ferramentas necessárias para que os alunos analisem o conceito de território e compreendam os conflitos e disputas que marcaram a formação territorial do Brasil, situando-os no contexto das demandas atuais.

PÚBLICO-ALVO

A partir do 1º período.

DOCENTE

Renata Helena Paganoto Moura



Advogada, Professora da FDV, da graduação e pós-graduação, Doutora em Direito, com pesquisa na área de direito à cidade e imóveis abandonados.

Caroline Matias Gabriel

Advogada e professora. Graduada pela UFF, com período de mobilidade acadêmica na Universidade de Coimbra (UC). Pós-graduada em Direito Público pela UERJ, Mestre em Direito pela UFF e atualmente doutoranda no PPGSD/UFF.

OUTRAS INFORMAÇÕES

Carga horária: 10 horas

Datas de início: 26/08/2026

Dia da semana: quarta-feira

Horário: 11h30 às 13h10

Local: sala 18



Carreiras e
Políticas
Públicas

CCD - SEGUIR O “DINHEIRO”: A ASFIXIA PATRIMONIAL DAS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS ENTRE O DISCURSO E A LEI

APRESENTAÇÃO

Este curso de curta duração propõe uma travessia conceitual e prática por três marcos legislativos que, articulados, formam o núcleo do enfrentamento patrimonial à macrocriminalidade: a Lei das Organizações Criminosas (Lei nº 12.850/2013), a recém-sancionada Lei Antifacção (Lei nº 15.358/2026 — Marco Legal do Combate ao Crime Organizado) e a Lei de Lavagem de Dinheiro (Lei nº 9.613/1998). A partir do histórico de cada diploma, de seus conceitos estruturantes e do panorama atual de aplicação, examina-se como o ordenamento brasileiro vem deslocando o foco da repressão da pessoa para o patrimônio do crime, e, sobretudo, quais institutos cada diploma efetivamente oferece para essa finalidade.

Atenção especial é dedicada à inteligência financeira, em particular ao papel do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) e ao correto entendimento dos Relatórios de Inteligência Financeira (RIF), instrumentos frequentemente mal compreendidos, mas decisivos tanto para quem investiga e acusa quanto para quem defende. Na etapa final, o curso percorre o ferramental jurídico da descapitalização e discute sua real viabilidade: as medidas assecuratórias (sequestro, arresto e hipoteca legal), o confisco clássico (art. 91 do CP), o confisco alargado (art. 91-A do CP), o confisco sem condenação, a administração e a alienação antecipada de bens e o instituto recuperação de ativos, sempre à luz dos limites constitucionais e dos debates jurisprudenciais que condicionam sua aplicação.

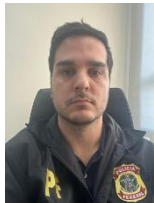
São objetivos gerais do curso: (i) compreender o panorama e os fundamentos do enfrentamento patrimonial às organizações criminosas; (ii) dominar os conceitos centrais das três leis e suas inter-relações; e (iii) conhecer e saber mobilizar os institutos disponíveis no ordenamento jurídico brasileiro para procedimentalizar, de forma juridicamente sustentável, a asfixia patrimonial das organizações criminosas. Destina-se a estudantes que pretendem atuar na área criminal, oferecendo-lhes uma compreensão integrada, crítica e atualizada de um dos temas mais relevantes, e mais debatidos, do Direito Penal e Processual Penal contemporâneo.

PÚBLICO-ALVO

A partir do 1º período.

DOCENTE

Roberto Santos Costa



Roberto Santos Costa é Delegado de Polícia Federal e Chefe da Força Integrada de Combate ao Crime Organizado do Espírito Santo (FICCO/ES). Mestre em Direito Penal pelo UniCEUB, com dissertação sobre o confisco como instrumento de enfrentamento à macrocriminalidade, e pós-graduado em Direito Penal Econômico pela ESMAFE/PR. É professor e desenvolvedor de cursos na Academia Nacional de Polícia (ANP) e coautor de materiais didáticos institucionais. Atua na investigação de organizações criminosas, com ênfase em investigação patrimonial e recuperação de ativos.

OUTRAS INFORMAÇÕES

Carga horária: 10 horas

Datas de início: 07/10/2026

Dia da semana: quarta-feira

Horário: 11h30 às 13h10

Local: sala 11



Direito e
Negócios

CCD - INTRODUÇÃO AO DIREITO MÉDICO

APRESENTAÇÃO:

A disciplina Introdução ao Direito Médico tem como objetivo proporcionar aos alunos de graduação em Direito, de todos os períodos do curso, um primeiro contato com um dos ramos que mais cresce na advocacia contemporânea. Por meio de uma abordagem introdutória, prática e interdisciplinar, a

disciplina apresenta os principais fundamentos jurídicos que regulam as relações estabelecidas no contexto da assistência à saúde, evidenciando a interface entre o Direito, a Medicina e a Bioética.

Ao longo da disciplina, serão abordados temas como bioética, ética médica, responsabilidade civil, consentimento informado, sigilo profissional, proteção de dados pessoais na saúde (LGPD), publicidade médica e judicialização da saúde, além das principais normas que regulam a atuação dos profissionais e das instituições de saúde.

Ao final, espera-se que o aluno compreenda os fundamentos do Direito Médico, identifique os principais desafios jurídicos do setor e conheça as possibilidades de atuação profissional nessa área em constante expansão.

PÚBLICO ALVO:

Alunos a partir do 1º período.

DOCENTE:

Beatriz Kuster Degasperi



Bacharel em Direito pela FDV. Advogada e sócia-fundadora do escritório Degasperi Advocacia. Especialista em Direito Médico (USP) e pós-graduada em Direito Médico (IST). Especialista em Direito Contratual e Gestão Empresarial (PUC-Minas). Pós-graduada em Gestão Estratégica de Empresas de Saúde pelo Hospital Israelita Albert Einstein. Alumni do Programa de Bioética da Universidade de Yale (EUA). Possui certificações em Compliance em Saúde, Proteção de Dados, LGPD e GDPR, contratos e bioética aplicada à reprodução assistida. Certificada em Negociação pela Universidade de Michigan. Vice-presidente da Comissão de Bioética e membro da Comissão de Direito Médico da OAB/ES. Membro da Sociedade Brasileira de Bioética. Sócia-fundadora do Health360° e do Med&Cia. Pesquisadora vinculada à Universidade Mackenzie e ao Núcleo de Estudos Luso-Brasileiros da Universidade de Lisboa.

OUTRAS INFORMAÇÕES:

Carga horária: 10 horas

Data de início: 26/08/2026

Dia da semana: quarta-feira

Horário: 11h30 às 13h10

Local: sala 20



**Carreira
Acadêmica**



**Carreiras e
Políticas
Públicas**



**Direito e
Negócios**

CCD - ORATÓRIA: TÉCNICAS PARA FALAR EM PÚBLICO

APRESENTAÇÃO

Tanto os estudantes quanto os profissionais da área jurídica têm a consciência da importância dos benefícios de uma boa oratória. Isso porque sabem que precisam enfrentar constantemente situações de pressão tais como: apresentar trabalhos, fazer sustentações orais, fazer audiências, isso para citar apenas algumas delas. Sendo assim, não há alternativa: para se sair bem no âmbito acadêmico ou profissional o advogado precisa falar bem. É uma habilidade tão importante que, sem ela, não é possível valorizar tudo o que se aprendeu estudando ou trabalhando. É preciso lembrar ainda que somente por meio de uma oratória eficiente e bem aplicada é possível conseguir persuadir o seu público e, assim, alcançar o seu objetivo.

Dentro desse contexto o curso Oratória: técnicas para falar em público é indicado para estudantes e profissionais que necessitem desenvolver suas habilidades em falar e fazer apresentações em público.

PÚBLICO-ALVO

A partir do 1º período.

DOCENTE

Elaine da Fonseca Knikkink



Graduação em Letras-português pela Universidade Federal do Espírito Santo (1999) e mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2006). Atualmente é professora da Faculdade de Direito de Vitória. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Língua Portuguesa, atuando principalmente nos seguintes temas: comunicação, linguagem jurídica e oratória.

OUTRAS INFORMAÇÕES

Carga horária: 10 horas

Datas de início: 20/08 e 24/09/2026

Dia da semana: quinta-feira

Horário: 9h40 às 11h20

Local: sala 10



Direito e
Negócios

CCD - O ADVOGADO CORPORATIVO: ATUAÇÃO ESTRATÉGICA, HABILIDADES ESSENCIAIS E PRÁTICA CORPORATIVA

APRESENTAÇÃO

O que faz o jurídico interno de uma empresa? Porque atualmente o jurídico interno tem papel estratégico dentro da empresa? Quais as principais demandas e dificuldades do in-house counsel?

A intenção do curso é dar um panorama geral sobre o funcionamento do departamento jurídico de uma empresa visando equipar os alunos com habilidades essenciais para se destacar no mercado jurídico corporativo. Por um lado, o advogado interno atua em uma rede multidisciplinar, tendo que conhecer bem a atividade e a engrenagem da empresa na busca de respostas assertivas e atuais no melhor interesse da empresa. Por outro lado, há a necessidade de estruturar a gestão do departamento jurídico para operacionalizar de forma racionalizada essas respostas considerando não só suas habilidades técnicas como suas soft skills.

Ao longo das aulas, vamos discutir como o advogado corporativo participa de decisões de negócio, gerencia conflitos internos, atua com compliance, ESG e contratos estratégicos — sempre com uma abordagem prática e interativa. Para tanto iremos tratar dos conceitos essenciais e dos desafios do atual mundo jurídico corporativo, incluindo temas como Governança Corporativa; Contratos empresariais e fluxos de contratação; ESG — Environmental, Social and Governance, Proteção de Dados, Compliance, KPI's, Diversidade e Inclusão, etc., tanto de um ponto de vista gerencial e preventivo quanto de um ponto de vista resolutivo.

Certamente o conhecimento da atuação e do fluxo de gestão do departamento jurídico interno será um diferencial para o estudante que deseja iniciar sua carreira no universo corporativo.

PÚBLICO-ALVO

A partir do 3º período.

DOCENTE

Fernanda Miguez Costa



Graduada em Direito pela FDV. Especialista em Direito Público pela FDV. *Master en Derecho de la Empresa* pela Universidad de Alcalá de Henares e *CIFF – Centro Internacional de Formación Financiera* – Madrid/Espanha. Mestre em Direito Internacional pela UERJ. Professora de Direito Internacional Público e Privado em instituições como FDV, Multivix e Fabavi/Doctum. Gerente Jurídico do Porto Central desde 2012. Atuação prévia em escritórios de advocacia nas áreas de direito civil e direito empresarial. Membro da Comissão Direito Corporativo da OAB-ES. Coordenadora Curso de Fusões e Aquisições do CPA.

OUTRAS INFORMAÇÕES

Carga horária: 10 horas

Data de início: 27/08/2026

Dia da semana: quinta-feira

Horário: 11h30 às 13h10

Local: sala 14



CCD - HISTÓRIA DO PENSAMENTO CRÍTICO NA FDV: THIAGO FABRES DE CARVALHO, ANDRÉ FELIPE R. DOS SANTOS E JOAO MAURÍCIO ADEODATO

APRESENTAÇÃO

Este curso de curta duração traz a proposta de um estudo sobre a memória acadêmica na FDV a partir da correlação de marcos teóricos distintos, trabalhados por professores excepcionais, que lecionaram e produziram pesquisas na nossa IES. Neste sentido, a partir de um olhar voltado para a produção crítica de pesquisas visando o seu aproveitamento na graduação, em Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), na pós graduação Dissertações e Teses e na elaboração de artigos científicos (em todos os níveis), a presente proposta apresentará, com um viés totalmente voltado para a teoria-prática jurídica no Brasil (e suas matrizes estrangeiras), uma introdução ao pensamento de cada um desses 3 gênios que habitaram o nosso universo jurídico. Thiago Fabres de Carvalho, André Felipe R. dos Santos e Joao Maurício Adeodato.

PÚBLICO-ALVO

A partir do 1º período.

DOCENTE

Nelson Camatta Moreira



Pós-doutoramento em Direito pela Universidad de Sevilla (bolsa CAPES). Pós-doutoramento em Direito em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Doutor em Direito pela Unisinos, com estágio anual na Universidade de Coimbra (bolsa CAPES). Mestre em Direito pela Unisinos (bolsa CAPES). Professor do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu (doutorado e mestrado) e da graduação em Direito da Faculdade de Direito de Vitória (FDV-ES). Líder do Grupo de Pesquisa CNPq Teoria Crítica do Constitucionalismo, da FDV. Profesor Invitado, adjunto al Programa Academic Visitor de la Facultad de Derecho de la Universidad de Sevilla (2015/16). Miembro del Grupo de Investigación Antagónicos de la Facultad de Derecho de la Universidad de Sevilla (2015/16). Colaborador en Seminarios con la Cátedra Abierta de Derecho y Literatura de la Universidad de Málaga (2015/16). Bolsista de Produtividade em Pesquisa FAPES (2023-). Ex-presidente (biênios 2019/20 e 2021/22) e Membro Honorário Rede Brasileira Direito e Literatura (RDL). Coordenador do Projeto de Extensão Café, Direito e Literatura (FDV-ES). Ex-diretor da Escola Superior de Advocacia do Espírito Santo (OAB-ESA/ES), triênio 2010/12. Advogado.

OUTRAS INFORMAÇÕES

Carga horária: 8 horas

Datas de início: 28/08, 11, 17 e 24/09/2026

Dia da semana: quinta-feira e sexta-feira

Horário: 11h30 às 13h10

Local: sala 9



CCD - DIREITO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: PERSPECTIVAS CONSTITUCIONAIS PARA A SUPERAÇÃO DO RACISMO

APRESENTAÇÃO

O curso propõe uma reflexão teórica e jurídica sobre a centralidade da raça e do racismo na formação do Estado, do constitucionalismo e do sistema de justiça brasileiro. Parte-se do reconhecimento de que o racismo não se manifesta apenas como prática individual ou desvio moral, mas como fenômeno estrutural, historicamente incorporado às instituições jurídicas, às normas e às práticas interpretativas do Direito.

A proposta deste curso busca problematizar a ideia de neutralidade do Direito e do constitucionalismo, evidenciando como a categoria raça foi e continua sendo um elemento organizador das relações de poder, da cidadania e do acesso a direitos no Brasil. Nesse sentido, o curso articula contribuições do Direito Constitucional, da teoria crítica, dos estudos sobre racismo estrutural e das relações raciais, com especial atenção ao contexto histórico brasileiro e à Constituição de 1988.

Ao longo da atividade, serão analisados conceitos fundamentais como igualdade, discriminação, cidadania, dignidade da pessoa humana e ações afirmativas, bem como o papel do Poder Judiciário e das instituições jurídicas na reprodução e/ou no enfrentamento das desigualdades raciais. O curso visa, assim, contribuir para a formação crítica dos(as) estudantes de Direito, ampliando sua compreensão sobre os limites e as potencialidades do Direito como instrumento de transformação social e de promoção da justiça racial.

PÚBLICO-ALVO

A partir do 1º período.

DOCENTE

Klinsman de Castro



Doutorando e Mestre em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV). Especialista em Ciências Criminais pela FDV. Especialista em Direito Previdenciário pela Fundação da Escola Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul (FMP/RS). Graduado em Direito pela FDV. Membro da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN). Associado ao Instituto de Direito Previdenciário (IBDP). Membro do Grupo de Pesquisa Estado, Democracia Constitucional e Direitos Fundamentais da FDV. Foi membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB/ES. Advogado.

OUTRAS INFORMAÇÕES

Carga horária: 10 horas

Datas de início: 27/08/2026

Dia da semana: quinta-feira

Horário: 11h30 às 13h10

Local: sala 15



Direito e
Negócios

CCD - SISTEMAS JUDICIAIS ELETRÔNICOS: PJE, E-SAJ, E-PROC E E-STJ

APRESENTAÇÃO:

Os sistemas judiciais eletrônicos constituem importante ferramenta prática na carreira do profissional jurídico, utilizados no gerenciamento, protocolo e acompanhamento dos processos. Dessa forma, é necessário compreender o funcionamento e as funcionalidades dos sistemas para garantir uma atuação eficiente que permita maior agilidade e acessibilidade nos procedimentos judiciais.

Nesse sentido, o curso “sistemas judiciais eletrônicos – PJe, E-saj, E-proc e E-STJ” objetiva estudar as especificidades de cada sistema, as ferramentas necessárias para sua utilização (como a assinatura digital e o sistema de conversão de arquivos PDF), formas de acesso, protocolo de petições e gerenciamento processual em cada plataforma.

PÚBLICO ALVO:

Alunos a partir do 1º período.

DOCENTE:

Filippe Roberto Garcia de Moraes



Advogado. Sócio no escritório Tardin & Advogados. Professor de Processo Civil e Prática Jurídica Simulada. Pós-graduado em Direito Processual Civil pela FDV. Pós-graduado em Direito Tributário pela FDV.

OUTRAS INFORMAÇÕES:

Carga horária: 4 horas

Data de início: 28/08 e 11/09/2026

Dia da semana: sexta-feira

Horário: 11h30 às 13h10

Local: sala 14



Carreiras e
Políticas
Públicas

CCD - OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: TEORIA, LEGISLAÇÃO E PRÁTICAS INCLUSIVAS

APRESENTAÇÃO

Este curso de extensão tem como objetivo capacitar os participantes para compreender os direitos das pessoas com deficiência sob uma perspectiva jurídica, social e prática, promovendo uma visão contemporânea da inclusão e da acessibilidade. Ao longo do curso serão abordados a evolução histórica da proteção dos direitos das pessoas com deficiência, a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e as principais normas nacionais relacionadas ao tema. Também serão discutidos conceitos fundamentais, boas práticas institucionais, estudos de caso e estratégias para eliminação das barreiras, com especial enfoque nas barreiras atitudinais, reconhecidas como um dos maiores obstáculos à inclusão plena. Embora o Brasil possua um dos mais avançados sistemas legislativos de proteção às pessoas com deficiência, sua efetivação depende da mudança de comportamentos e da atuação consciente de profissionais comprometidos com a acessibilidade, a igualdade de oportunidades, a dignidade da pessoa humana e o respeito à diversidade. O curso alia teoria e prática para formar agentes capazes de promover ambientes mais inclusivos e acessíveis em diferentes contextos profissionais e sociais.

PÚBLICO-ALVO

A partir do 1º período.

DOCENTE

João Estevão Silveira Filho



João Estevão Silveira Filho, pessoa cega, graduado em Direito e em Pedagogia, pós-graduado em Direito Civil e em Gestão de Entidades Sem Fins Lucrativos, mestrando em Direitos e Garantias Fundamentais, professor em Instituições de Ensino Superior desde 2005, assessor e coordenador da Comissão Multidisciplinar de Acessibilidade no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, membro da Comissão de Acessibilidade da Faculdade de Direito de Vitória (FDV), autor e coautor de livros e palestrante nacional.

OUTRAS INFORMAÇÕES

Carga horária: 8 horas

Datas de início: 24/08/2026

Dia da semana: segunda-feira

Horário: 11h30 às 13h10

Local: sala 14



CCD - INSTRUMENTALIZANDO OS VIDEOGAMES NA PESQUISA DO DIREITO

APRESENTAÇÃO

Os videogames se tornaram um pilar do entretenimento na modernidade, dominando várias dimensões da cultura e do consumo. Mais do que brinquedos, os jogos eletrônicos passaram a ocupar um lugar expressivo entre as mídias, ao lado da música, do cinema, e da arte. Dessa forma, os games se tornam um objeto interessante para ser instrumentalizado nas pesquisas em Direito.

Este curso pretende apresentar metodologias e bases teóricas que auxiliem na produção de pesquisas científicas sobre Direito e Jogos Eletrônicos, principalmente articulando áreas como Sociologia e Filosofia do Direito. Ainda que focado no tema “videogame”, este curso pode servir de suporte para diversas pesquisas que estabeleçam um diálogo entre Direito, arte e cultura, principalmente “cultura pop”, apresentando um novo olhar sobre a abordagem do “Direito e Literatura”.

Durante as aulas, jogos de videogame serão relacionados com temas do Direito. Isso irá além de games que discutam diretamente o Direito, utilizando como suporte teórico os sociólogos Pierre Bourdieu e Zygmunt Bauman para debater o Campo dos Videogames e do Direito somado a Modernidade.

PÚBLICO-ALVO

A partir do 1º período.

DOCENTE

Lucas Carmo Pignaton



Doutorando em Direito na Faculdade de Direito de Vitória (FDV). Mestre em Direitos e Garantias Fundamentais na linha de pesquisa Democracia, Cidadania e Direitos Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV). Graduado em Direito pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV). Tem experiência nas áreas de Filosofia do Direito, Sociologia do Direito e Direito Constitucional. Desenvolve pesquisa relacionada a Sociologia dos videogames e do espaço digital.

OUTRAS INFORMAÇÕES

Carga horária: 10 horas

Data de início: 24/08/2026

Dia da semana: segunda-feira

Horário: 11h30 às 13h10

Local: sala 11



Carreira
Acadêmica



Carreiras e
Políticas
Públicas

GE - A FORMAÇÃO DO ESPÍRITO CRÍTICO PELA LITERATURA

APRESENTAÇÃO

A literatura, em suas múltiplas tradições, é um dos mais potentes instrumentos de formação do espírito crítico, pois permite ao leitor refletir sobre a condição humana, compreender conflitos morais e imaginar outros modos de vida. Ao atravessarem séculos e culturas, as obras literárias expõem concepções distintas de liberdade, justiça, identidade, autoridade e responsabilidade — temas que dialogam diretamente com o campo jurídico e com os debates públicos contemporâneos.

Da racionalidade clássica ao impulso imaginativo do romantismo, passando pela sensibilidade medieval e pelas inquietações da modernidade, a literatura oferece não apenas repertório, mas também modos de interpretar o mundo, afinar o senso ético e cultivar uma argumentação mais rigorosa. Ler é confrontar-se com a alteridade, reconhecer nuances e exercitar o julgamento crítico.

A proposta deste grupo de estudos é, portanto, investigar como a leitura — seja de textos antigos, modernos ou atuais — contribui para a construção de um pensamento mais autônomo, reflexivo e humanista. O curso busca ampliar a competência crítica dos estudantes de Direito e oferecer, ao lado da formação jurídica tradicional, uma sólida base nas artes liberais, fundada no cultivo das humanidades, na reflexão ética e na autonomia intelectual. Afinal, uma vida profissional plena exige, antes de tudo, uma compreensão profunda do humano.

Nesta edição, o tema do semestre será o preço da verdade, explorado a partir das tragédias gregas. Por meio delas, refletiremos sobre a relação entre conhecimento, responsabilidade e vida coletiva, bem como sobre o compromisso ético que acompanha toda busca pela verdade.

“Γνῶθι σεαυτόν”

Conhece-te a ti mesmo

— Inscrição do Templo de Apolo em Delfos

“Sapere aude!”

Ousa saber!

— Horácio (Epístolas I, 2, 40), retomado por Kant em Was ist Aufklärung? (1784)

“Lock up your libraries if you like; but there is no gate, no lock, no bolt that you can set upon the freedom of my mind.”

Tranque suas bibliotecas, se quiser; mas não há portão, nem fechadura, nem tranca que você possa colocar sobre a liberdade da minha mente.

— Virginia Woolf, A Room of One's Own (1929)

PÚBLICO-ALVO

A partir do 1º período.

DOCENTE

Alexandre Campaneli Aguiar Maia



Formado em Direito, literatura e filosofia. Mestre em Teoria do Direito pela PUC-Minas. Doutor em Direito pela FDV. Professor da FDV.

OUTRAS INFORMAÇÕES

Carga horária: 16 horas

Data de início: 25/08, 01/09, 15/09, 29/09, 06/10, 20/10, 03/11 e 10/11/2026

Dia da semana: terça-feira

Horário: 11h30 às 13h10

Local: sala 15



Direito e
Negócios

CE - PROCESSO TRIBUTÁRIO

APRESENTAÇÃO

O Direito Tributário é um dos temas que mais movimentam o contencioso brasileiro, tanto na esfera administrativa quanto na judicial. Uma de suas particularidades é a forte presença do processo administrativo, seara na qual boa parte das demandas acaba por ter seu desfecho antes mesmo de chegar ao Judiciário. Por isso, o curso parte dessa premissa: apresenta primeiro o processo administrativo tributário, seus ritos e órgãos julgadores, com enfoque no âmbito federal, para, em seguida, avançar sobre os principais instrumentos do processo judicial tributário, das ações antiexacionais à execução fiscal e seus meios de defesa. O objetivo é que o aluno conheça os termos essenciais da área, domine esses instrumentos e reflita criticamente sobre o contencioso. Serão fornecidas leituras prévias, de caráter opcional, para melhor fluidez das aulas.

PÚBLICO-ALVO

A partir do 8º período.

DOCENTE

André Luiz Rigo Costa dos Santos



Mestre em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários (IBET). Especialista em Direito Tributário pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV) e pelo IBET. Professor em cursos de graduação e pós-graduação. Advogado, sócio do escritório Rigo Monjardim Advogados.

OUTRAS INFORMAÇÕES

Carga horária: 16 horas

Data de início: 24/08/2026

Dia da semana: segunda-feira

Horário: 11h30 às 13h10

Local: sala 17



Carreiras e
Políticas
Públicas



Direito e
Negócios



Carreira
Acadêmica

OFICINA - HABILIDADES ESSENCIAIS PARA CARREIRA

APRESENTAÇÃO

As oficinas são projetadas para aprimorar as principais *soft skills* destacadas no relatório do Fórum Econômico Mundial, habilidades estas que são essenciais para o mercado de trabalho atual e futuro. O objetivo é capacitar os alunos a serem protagonistas de suas carreiras, fornecendo-lhes habilidades socioemocionais indispensáveis para a vida pessoal, acadêmica e profissional.

Participando do curso, os alunos terão a oportunidade de desenvolver tanto habilidades acadêmicas quanto práticas que são fundamentais para o sucesso na carreira jurídica e na vida. Serão apresentadas neste módulo as oficinas:

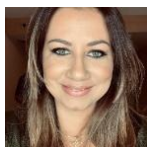
- a) Conhecendo a Si Mesmo - Ajudar os alunos a entenderem suas forças, fraquezas, valores e motivações, promovendo uma reflexão sobre suas carreiras.
- b) Gestão das Emoções - Capacitar os alunos a reconhecerem, entender e gerenciar suas próprias emoções, bem como a compreender as emoções dos outros. A oficina busca promover o desenvolvimento de habilidades emocionais que são essenciais para o sucesso pessoal e profissional, especialmente no ambiente jurídico, onde a inteligência emocional pode influenciar positivamente a resolução de conflitos e a eficácia na comunicação.
- c) Gestão Efetiva do Tempo - Capacitar os alunos a gerenciarem melhor seu tempo para aumentar a produtividade, alcançar um equilíbrio saudável entre vida pessoal e profissional, e otimizar seus estudos. A oficina visa fornecer técnicas práticas e estratégias eficazes para planejar, priorizar e executar tarefas de maneira eficiente, ajudando os alunos a atingirem suas metas acadêmicas e profissionais.
- d) Comunicação Transformadora - Melhorar as habilidades de comunicação dos alunos, capacitando-os a se expressarem de maneira clara e eficaz, ao mesmo tempo em que cultivam a empatia e a compreensão. A oficina se concentrará na aplicação dos princípios da comunicação empática e construtiva para promover interações mais positivas e construtivas, essenciais no ambiente jurídico e na vida pessoal.
- e) Liderança Eficaz - Desenvolver as habilidades de liderança dos alunos, capacitando-os a liderar de maneira eficaz, inspiradora e empática. A oficina visa promover a compreensão dos princípios de liderança, estimular a autoconfiança e fornecer ferramentas práticas para exercer a liderança em diversos contextos, especialmente no ambiente jurídico.

PÚBLICO-ALVO

A partir do 1º período.

DOCENTES

Elaine Avelar Malagoli Paulino



Advogada, Professora universitária com mais de 18 anos de experiência, pós-graduada em Direito Público e em Neurociência pela PUC/RS, Analista de Perfil

Comportamental, *Practitioner* em Programação Neurolinguística e Neuro-Semântica, Treinadora Comportamental pelo IFT/SP.

Flavia Vicente Freitas



Formada em Administração, Direito, MBA em Gestão Empresarial pela FGV, Pós-Graduada em Psicopedagogia, *Practitioner* em Programação Neurolinguística e Neuro-Semântica, Hipnose, Treinadora Comportamental pelo IFT/SP.

Rosimeri Morelato

Formada em Administração, Direito, MBA em Gestão Empresarial pela FGV, Pós-Graduada em Psicopedagogia, *Practitioner* em Programação Neurolinguística e Neuro-Semântica, Hipnose, Treinadora Comportamental pelo IFT/SP.

OUTRAS INFORMAÇÕES

Carga horária: 16 horas

Data de início: 26/08/2026

Dia da semana: quarta-feira

Horário: 11h30 às 13h10

Local: sala 17



Carreiras e
Políticas
Públicas



Direito e
Negócios



Carreira
Acadêmica

OFICINA - USO ÉTICO E SUPERVISIONADO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA PESQUISA JURÍDICA: ENGENHARIA DE PROMPT E RAG APLICADOS À JURISPRUDÊNCIA DO STF SOBRE A INVIOABILIDADE PARLAMENTAR

APRESENTAÇÃO

Como as novas tecnologias de Inteligência Artificial Generativa e a Jurimetria podem ser aplicadas para decifrar o comportamento do Supremo Tribunal Federal? Esta oficina prático-empírica capacitará os estudantes na modelagem de dados jurídicos por meio da técnica de RAG (*Retrieval-Augmented Generation*), tendo como objeto exclusivo de estudo a jurisprudência do STF sobre a Inviolabilidade Parlamentar (art. 53, CF). O cerne da atividade reside em instrumentalizar o aluno para o uso ético, técnico e responsável da IA. No âmbito acadêmico, o curso abordará as diretrizes da CAPES e do CNPq sobre integridade científica e autoria na pesquisa metodológica. No plano profissional da advocacia e da redação de peças, debaterá os limites regulatórios impostos pela OAB e pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com foco na proibição da delegação do raciocínio jurídico e no controle de alucinações algorítmicas. Ao estruturarem um assistente de IA alimentado por um corpus de 176 acórdãos de imunidade parlamentar julgados pelo STF (1988–2025), os alunos aprenderão a extrair padrões de fundamentação e prever tendências decisórias em estrita observância aos parâmetros éticos e deontológicos que regem a academia e a prática forense.

PÚBLICO-ALVO

A partir do 3º período.

DOCENTES

Antonio Augusto Bona Alves



Doutor (com bolsa CAPES) e Mestre em Teoria do Estado e Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Especialista em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários (IBET). Graduado em Direito pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV). Professor de Direito Constitucional, Direito Tributário, Ciência Política e Teoria do Direito. Advogado, membro da Comissão de Direito Tributário da OAB-ES. Desenvolve pesquisas empíricas voltadas à análise empírica de precedentes do STF sobre Inviolabilidade Parlamentar.

OUTRAS INFORMAÇÕES

Carga horária: 10 horas

Data de início: 27/08/2026

Dia da semana: quinta-feira

Horário: 9h40 às 11h20

Local: sala 16



Carreiras e
Políticas
Públicas



Direito e
Negócios

OFICINA - JÚRI SIMULADO: DA TEORIA AO PLENÁRIO

APRESENTAÇÃO

Poucas experiências permitem visualizar com tanta clareza a articulação entre conhecimento jurídico, estratégia e comunicação quanto o Tribunal do Júri. Competente para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida, o júri possui dinâmica própria e exige dos profissionais que nele atuam mais do que o domínio da teoria, sendo necessária a capacidade de construir e sustentar teses juridicamente consistentes, transmitindo-as de maneira técnica e persuasiva, com clareza e precisão.

Embora o procedimento seja estudado nas disciplinas de Direito Penal e Processual Penal, sua compreensão normalmente permanece no plano abstrato. O Júri Simulado foi concebido para aproximar os participantes dessa realidade por meio de uma metodologia ativa, prática e acessível a alunos de todos os períodos.

A atividade será desenvolvida em quatro unidades complementares. Inicialmente, serão apresentados os conceitos e fundamentos basilares do Tribunal do Júri. Em seguida, serão aprofundados os principais aspectos penais materiais e processuais que poderão ser debatidos em plenário. Na etapa preparatória, os participantes analisarão o caso, organizarão as teses e desenvolverão técnicas de argumentação, oratória, improvisação e contra-argumentação com o apoio dos professores. Por fim, será realizada a sessão simulada, com atuação da acusação, da defesa, da magistratura e do Conselho de Sentença.

Muito além de uma reprodução da estrutura formal de um júri, a oficina busca desenvolver competências essenciais ao profissional do Direito, como análise jurídica dos fatos, capacidade de argumentação, oratória, tomada de decisão, linguagem corporal e trabalho em equipe. A experiência, portanto, transforma conteúdos majoritariamente teóricos em um cenário concreto e imersivo, tornando o aprendizado mais significativo e eminentemente conectado à prática.

PÚBLICO-ALVO

A partir do 1º período.

DOCENTES

Gabriel Henrique Fabris Petri



Advogado Criminalista. Mestrando em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória, Pós-Graduando em Direito Penal Estratégico (LL.M./FDV) e Bacharel em Direito pela mesma instituição. Presidente da Empresa Júnior da FDV - EDV Jr (2023), Vice-Presidente da Sociedade de Debates - SDFDV (2023), Diretor de Relações Internas e Externas (2024) e Presidente (2025) do Centro Acadêmico André Filipe Santos. Certificações nas áreas de oratória e inovação jurídica, com ênfase em Direito Penal e Processual Penal.

Marcelo Paiva Santos Filho



Advogado Criminalista. Mestrando em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória, Pós-Graduado em Ciências Criminais e Bacharel em Direito pela mesma instituição. Ex-assessor do Sistema Penal na Secretaria de Estado da Justiça do Espírito Santo (SEJUS). Certificações nas áreas de psicologia criminal, psicopatologia forense e perícia criminal.

OUTRAS INFORMAÇÕES

Carga horária: 10 horas

Data de início: 03/09/2026

Dia da semana: quinta-feira

Horário: 9h40 às 11h20

Local: sala 13



Carreiras e
Políticas
Públicas



Direito e
Negócios



Carreira
Acadêmica

SIMULADOS DO EXAME DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - OAB – 1ª e 2ª FASE

APRESENTAÇÃO

Os simulados presenciais das provas objetivas e discursivas do Exame da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB compõem o programa de estudos, treinamento e preparação para as provas oficiais, disponível na plataforma FDV Digital.

Ao longo do semestre, os alunos inscritos nesta atividade complementar, de qualquer período do curso de Graduação, poderão realizar até 2 simulados presenciais do exame, um deles com questões objetivas e um com questões discursivas.

Cada simulado é construído com base nas questões já cobradas nos últimos anos das provas oficiais, organizadas e classificadas conforme diversas características, tais como: ano de aplicação, estilo de cobrança, nível de dificuldade, matéria e assuntos relacionados.

Os simulados são similares ao estilo da prova oficial e com o mesmo tempo de duração, de 5 horas. Após realizar cada simulado, o estudante receberá um relatório individual, detalhado e sigiloso sobre seu desempenho, com análises estatísticas relacionadas às matérias cobradas e a cada questão da prova. Com isso, estará no controle da sua preparação, acompanhando a evolução de seu desempenho nas provas até o dia do exame oficial.

As inscrições são por simulado e a participação em cada um confere 5h de atividades complementares.

As aplicações dos simulados das provas objetivas e discursivas do Exame da OAB ocorrerão aos Sábados, das 8h às 13h, nas seguintes datas:

Primeiro simulado presencial - Primeira fase - 80 questões objetivas

Data: 29/08/2026, Sábado, 8h-13h

Local: a definir

Segundo simulado presencial - Segunda fase - 7 questões discursivas

Data: 03/10/2026, Sábado, 8h-13h

Local: a definir

Os **links** para inscrição nos simulados serão divulgados nas semanas anteriores às aplicações, por meio do portal acadêmico.

PÚBLICO-ALVO

A partir do 1º período.

DOCENTE

Elis Pilon do Nascimento



Doutoranda e Mestre em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV), na condição de Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo - FAPES. Especialista em Direito Material e Processual do Trabalho (FDV, 2019). Graduada em Direito pela Faculdade de Direito de Vitória (2017). Membro Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Teoria Crítica. Assessora do Curso de Graduação em Direito da Faculdade de Direito de Vitória - FDV. Advogada.

OUTRAS INFORMAÇÕES

Carga horária: 5 horas por simulado

Datas dos simulados: 29/08 e 03/10/2026

Dia da semana: sábado

Horários: 8h às 13h

Inscrições: Os *links* para inscrição nos simulados serão divulgados nas semanas anteriores às aplicações, por meio do portal acadêmico.



PROJETO DE EXTENSÃO – TRABALHO, JUSTIÇA E CIDADANIA

APRESENTAÇÃO

O Programa Trabalho, Justiça e Cidadania é uma iniciativa de construção de cidadania da ANAMATRA. Criado em 2004, é fruto da constatação da necessidade de conhecimento pelos cidadãos dos direitos básicos garantidos pela Constituição Federal, assim como dos direitos específicos dos trabalhadores e dos meios de acesso à Justiça.

Por meio do Programa, magistrados do trabalho em parceria com membros do Ministério Público, advogados, professores, graduandos e mestrandos de Direito disseminam noções básicas de direitos fundamentais, direito do trabalho, direito da criança e do adolescente, direito do consumidor, direito penal, ética e cidadania nas escolas, especialmente as públicas. A faculdade de Direito de Vitória - FDV foi a única instituição de ensino superior convidada a fazer parte do programa no Espírito Santo e estamos atuando desde 2022 tendo sido assinado um Termo de Cooperação Técnica.

O programa possui os seguintes objetivos:

- Difundir noções básicas de direito do trabalho e de direitos fundamentais, informando os meios de exercê-los;
- Propiciar a leitura e reflexão sobre ética, cidadania, trabalho e justiça, conscientizando os cidadãos por meio das atividades educacionais;
- Informar aos educandos, aos pais, comunidade e aos trabalhadores em geral, noções de direito do trabalho e dos direitos fundamentais, utilizando a Cartilha do Trabalhador e outras publicações sobre Direito, Trabalho e Cidadania;
- Esclarecer os educandos e a comunidade sobre o Poder Judiciário, a estrutura e o funcionamento da Justiça do Trabalho, do Ministério Público do Trabalho, sobre os serviços de assistência judiciária gratuita e sobre a organização sindical;
- Formar multiplicadores que executarão o programa nas suas áreas de atuação, e orientarão crianças, jovens e adultos a transmitirem esses conhecimentos aos seus familiares e às suas comunidades.

Os alunos e alunas participantes atuarão nas seguintes fases:

Primeiro semestre - fevereiro a julho

- Leitura de todo o material das cartilhas distribuídas nas escolas;
- Participação no curso de preparação de professores que participaram do programa nas respectivas escolas;
- Estudo acerca dos temas que serão enfocados no programa em 2025;
- Reunião de estudo para a preparação para visitas às escolas;

- Comparecimento às 11 escolas do município de Vila Velha para apresentar o programa aos alunos e professores.

Segundo semestre - julho a novembro

- Comparecimento às 11 escolas do município de Vila Velha para a exposição de temas e para o “tira-dúvidas”;
- Comparecimento à visita das 11 escolas ao Tribunal Regional do Trabalho, com o acompanhamento dos alunos, professores e equipe pedagógica às audiências, à sessão do Pleno e demais espaços do Tribunal Regional do Trabalho;
- Comparecimento à culminância no Tribunal Regional do Trabalho em que as 11 escolas irão expor os trabalhos desenvolvidos.

PÚBLICO-ALVO

A partir do 1º período.

DOCENTE

Elaine da Fonseca Knikkink



Graduação em Letras-português pela Universidade Federal do Espírito Santo (1999) e mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2006). Atualmente é professora da Faculdade de Direito de Vitória. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Língua Portuguesa, atuando principalmente nos seguintes temas: comunicação, linguagem jurídica e oratória.

OUTRAS INFORMAÇÕES

Carga horária: 24 horas

Datas de início: 18/08

Dia da semana: terça-feira

Horário: 11h30 às 13h10

Local: sala 11

Carreira
Acadêmica

PROJETO DE EXTENSÃO – 57º CAFÉ, DIREITO E LITERATURA



APRESENTAÇÃO

Trata-se da continuidade da atividade de extensão, aberta ao público e gratuita, que já se encontra em desenvolvimento desde o ano de 2008. O Café, Direito & Literatura consiste em encontros agendados em ambientes fora da faculdade como Cafés, Livrarias e outras Instituições como a Escola Lacaniana de Psicanálise e a Academia Espírito Santense de Letras. Nos encontros, discutem-se obras literárias que possuam relação com temas relacionados ao Direito e às Ciências Humanas, sob a coordenação do Professor Dr. Nelson Camatta Moreira e com a participação de professores, alunos e do público em geral.

PÚBLICO-ALVO

A partir do 1º período.

DOCENTE

Nelson Camatta Moreira



Pós-doutoramento em Direito pela Universidad de Sevilla (bolsa CAPES). Pós-doutoramento em Direito em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Doutor em Direito pela Unisinos, com estágio anual na Universidade de Coimbra (bolsa CAPES). Mestre em Direito pela Unisinos (bolsa CAPES). Professor do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu (doutorado e mestrado) e da graduação em Direito da Faculdade de Direito de Vitória (FDV-ES). Líder do Grupo de Pesquisa CNPq Teoria Crítica do Constitucionalismo, da FDV. Profesor Invitado, adjunto al Programa Academic Visitor de la Facultad de Derecho de la Universidad de Sevilla (2015/16). Miembro del Grupo de Investigación Antagónicos de la Facultad de Derecho de la Universidad de Sevilla (2015/16). Colaborador en Seminarios con la Cátedra Abierta de Derecho y Literatura de la Universidad de Málaga (2015/16). Bolsista de Produtividade em Pesquisa FAPES (2023-). Ex-presidente (biênios 2019/20 e 2021/22) e Membro Honorário Rede Brasileira Direito e Literatura (RDL). Coordenador do Projeto de Extensão Café, Direito e Literatura (FDV-ES). Ex-diretor da Escola Superior de Advocacia do Espírito Santo (OAB-ESA/ES), triênio 2010/12. Advogado.

OUTRAS INFORMAÇÕES

Carga horária: 2 horas

Data prevista: a definir

Dia da semana: a definir

Horário: a definir

Local: a definir



Direito e
Negócios

EMPRESA JÚNIOR DA FDV - EDV JR.

APRESENTAÇÃO

A EDV Jr. é a primeira e única Empresa Júnior de Direito do Espírito Santo, prestando serviço no âmbito preventivo, sendo também sem fins lucrativos. E EDV promove a vivência empresarial a seus membros – alunos da FDV – desde o início da faculdade, porque introduz cada um no mercado de trabalho, além de possibilitar a construção de redes de conexões com outros empresários e empresas. Pessoas físicas ou jurídicas podem ser auxiliadas pela EDV, seja por:

- Elaboração/revisão de estatuto e Regimento interno;
- Contratos;
- Termos e políticas de privacidade;
- Registro de marca;
- Consultoria Jurídica;

Cada cliente que busca a empresa possui um atendimento personalizado para sua necessidade, mesmo sendo um *lead* (cliente em potencial). Por estar sempre em contato com o mercado empresarial e clientes, o estudante alcança resultados em networking, empreendedorismo jurídico e desenvolve habilidades importantes. Dessa forma, a EDV Jr. possui como objetivo trazer os conteúdos de sala de aula para a realidade e ampliar a perspectiva jurídica, principalmente nas áreas de marketing, gestão de pessoas, desenvolvimento de projetos, comercial, administração de trabalhadores preparados para o mercado.

PÚBLICO-ALVO

A partir do 1º período.

ATIVIDADE ESTUDANTIL



OUTRAS INFORMAÇÕES

Informações sobre reuniões e processo seletivo para novos membros: no perfil @edvjronline no Instagram.



Carreira
Acadêmica



Carreiras e
Políticas
Públicas



Direito e
Negócios

SOCIEDADE DE DEBATES DA FDV - SDFDV

APRESENTAÇÃO

A Sociedade de Debates da FDV – SDFDV – é uma Liga Estudantil, fundada em julho de 2018, que fomenta a cultura de debates no Espírito Santo. Prezando pela pluralidade de ideias, seus integrantes debatem temas relevantes da vida social, na maioria das vezes em caráter competitivo. As atividades da SDFDV estão alinhadas às diretrizes do Instituto Brasileiro de Debates - IBD, instituição que promove e incentiva a realização de debates competitivos no Brasil (mais sobre o IBD no site: <https://ibdebates.org/pt/>). A SDFDV participa de campeonatos de debates em diversos estados do Brasil, nos quais ocorrem frutíferas trocas de experiências com pessoas de outras regiões e de outros cursos. Além disso, fomenta a cultura de debates em escolas e em outros espaços da sociedade. A Sociedade de Debates visa a desenvolver a capacidade de construir argumentos consistentes e de transmiti-los persuasivamente aos ouvintes, a fim de qualificar o debate universitário e impactar na vida social e política. Com isso, pretende contribuir para a construção de uma cultura de tolerância e de contraposição saudável de ideias.

PÚBLICO-ALVO

A partir do 1º período.

ATIVIDADE ESTUDANTIL



OUTRAS INFORMAÇÕES

Informações sobre reuniões e processo seletivo para novos membros: no perfil @sd.fdv no Instagram



Carreira
Acadêmica



Carreiras e
Políticas
Públicas



Direito e
Negócios

LIGA ACADÊMICA DE DIREITO INTERNACIONAL DA FDV - LADIN

APRESENTAÇÃO

A Liga Acadêmica de Direito Internacional da FDV é uma associação ligada à faculdade que visa a complementar a formação do estudante com ênfase na área do Direito Internacional. Por meio de encontros quinzenais, desenvolve atividades teórico-práticas que contribuem para uma formação completa na área. O aluno terá a oportunidade de participar de eventos, simulações, visitas e conversas com pessoas ligadas ao Direito Internacional, ou seja, além de colocar em prática o que aprende em sala de aula, complementar seus estudos de Direito Internacional.

PÚBLICO-ALVO

A partir do 1º período.

ATIVIDADE ESTUDANTIL



OUTRAS INFORMAÇÕES

Informações sobre reuniões e processo seletivo para novos membros: perfil @ladin.fdv no Instagram.



Carreira
Acadêmica



Carreiras e
Políticas
Públicas



Direito e
Negócios

LIGA ACADÊMICA DE DIREITO DIGITAL, INOVAÇÕES E PROJETOS - LIDIPRO

APRESENTAÇÃO

A Liga Acadêmica de Direito Digital, Inovações e Projetos (LIDIPRO) da FDV surgiu por iniciativa de alunos interessados em aprofundar os estudos e explorar a aplicação prática do Direito Digital. Com o avanço da tecnologia e sua crescente influência no campo jurídico, a Liga busca integrar Direito e Tecnologia, promovendo a interação entre teoria e prática.

A LIDIPRO realiza encontros semanais e tem como objetivo desenvolver atividades como workshops, grupos de estudo, *hackathons* jurídicos e eventos com especialistas da área. Além disso, pretende incentivar o desenvolvimento de projetos tecnológicos voltados para o Direito, como automações jurídicas e design de soluções, permitindo que os participantes adquiram experiência na criação de ferramentas inovadoras para o setor jurídico.

A Liga conta com a orientação do professor Bruno Costa e está aberta a todos os alunos da FDV que desejam se aprofundar no Direito Digital e suas interseções com a tecnologia. Para mais informações e para participar da Liga, os interessados podem acompanhar as redes sociais ou entrar em contato com a diretoria.

PÚBLICO-ALVO

A partir do 1º período.

ATIVIDADE ESTUDANTIL



OUTRAS INFORMAÇÕES

Informações sobre reuniões e processo seletivo para novos membros: perfil @lidipro_fdv_ no Instagram.



Carreira
Acadêmica



Carreiras e
Políticas
Públicas



Direito e
Negócios

LIGA ACADÊMICA DE DIREITO, INCLUSÃO SOCIAL E CIDADANIA - LADISC

APRESENTAÇÃO

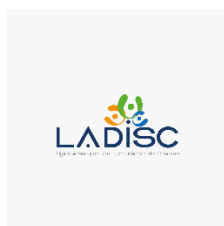
A Liga Acadêmica de Direito, Inclusão Social e Cidadania – LADISC é uma iniciativa acadêmica voltada à formação jurídica, à inclusão social, à pesquisa aplicada, à extensão e à promoção da cidadania. Sua proposta parte da compreensão de que a formação em Direito deve ultrapassar os limites da sala de aula, aproximando os estudantes das condições concretas de vida, das desigualdades sociais, das instituições e dos mecanismos de participação cidadã.

As atividades da LADISC articulam formação interdisciplinar e atuação social supervisionada, envolvendo temas como direitos sociais, cidadania, acesso à justiça, vulnerabilidade, inclusão digital, instituições, desigualdades e participação social. Os estudantes poderão participar de encontros formativos, palestras, produção de materiais, ações sociais, atividades de acolhimento e escuta.

PÚBLICO-ALVO

A partir do 1º período.

ATIVIDADE ESTUDANTIL



OUTRAS INFORMAÇÕES

Informações sobre reuniões e processo seletivo para novos membros com o corpo dirigente: ladisc@fdv.br.



Carreira
Acadêmica



Carreiras e
Políticas
Públicas



Direito e
Negócios

LIGA ACADÊMICA DE DIREITO CRIMINAL - LIDICRIM

APRESENTAÇÃO

A Liga de Direito Criminal – Lidicrim é uma organização acadêmica de iniciativa estudantil, criada com a finalidade de promover o aprofundamento dos estudos nas áreas do Direito Penal, Processo Penal, Criminologia e Ciências Criminais. A Liga busca complementar a formação oferecida na graduação por meio da produção científica, do debate qualificado e do desenvolvimento de atividades formativas voltadas especialmente à realidade brasileira e capixaba.

As atividades da Lidicrim são desenvolvidas com participação ativa dos estudantes. Entre suas ações estão grupos de estudo, encontros e exposições dialogadas, atividades de escrita acadêmica, produção de artigos científicos, palestras, debates, rodas de conversa, cursos, simpósios, projetos de pesquisa e extensão, júris simulados e participação em competições acadêmicas. A proposta é estimular o raciocínio crítico, a capacidade de argumentação, a pesquisa científica e o aprimoramento técnico dos estudantes interessados nas Ciências Criminais.

Podem participar da Lidicrim estudantes regularmente matriculados no Curso de Direito da FDV, mediante processo seletivo realizado, em regra, a cada semestre, conforme edital próprio. A permanência na Liga pressupõe participação efetiva e frequência mínima de 75% nas atividades obrigatórias, possibilitando, observadas as regras institucionais, o reconhecimento da participação para fins de atividades complementares.

PÚBLICO-ALVO

A partir do 1º período.

ATIVIDADE ESTUDANTIL



OUTRAS INFORMAÇÕES

Informações sobre reuniões e processo seletivo para novos membros: perfil @lidicrim no Instagram



Carreira
Acadêmica



Carreiras e
Políticas
Públicas



Direito e
Negócios

LIGA ACADÊMICA DE DIREITO TRIBUTÁRIO - LITAX

APRESENTAÇÃO

A Liga Acadêmica de Direito Tributário (LITAX) nasce na FDV como um espaço voltado aos estudantes que desejam se destacar em uma das áreas mais estratégicas do Direito. Em meio às mudanças trazidas pela reforma tributária, a Liga propõe um ambiente de debate qualificado e aprofundamento técnico.

Com encontros presenciais quinzenais, a LITAX promove discussões sobre temas atuais do cotidiano tributário e incentiva a formação prática de seus integrantes. Os membros também podem se preparar para competições acadêmicas, como o Tax Moot, desenvolvendo argumentação, técnica e segurança.

Aberta a todos os interessados, a Liga busca transformar o estudo do Direito Tributário em uma experiência coletiva, consistente e capaz de agregar diferencial acadêmico e profissional.

PÚBLICO-ALVO

A partir do 1º período.

ATIVIDADE ESTUDANTIL



OUTRAS INFORMAÇÕES

Informações sobre reuniões e processo seletivo para novos membros: perfil @litax.fdv no Instagram.



Carreira
Acadêmica

GP - ACESSO À JUSTIÇA NA PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS

APRESENTAÇÃO

Este grupo tem por objetivo principal investigar a questão da efetividade do acesso à Justiça para a realização dos direitos fundamentais sociais dos trabalhadores.

PÚBLICO-ALVO

A partir do 1º período.

DOCENTE

Carlos Henrique Bezerra Leite



Graduação em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo (1986), Mestrado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2001) e Doutorado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2003). Professor do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* (Mestrado e Doutorado) em Direitos e Garantias Fundamentais da Faculdade de Direito de Vitória-FDV, onde leciona Direitos Humanos Sociais e Metaindividuais. Ex-

Professor Associado I do Programa de Graduação em Direito da Universidade Federal do Espírito Santo, onde lecionava Direitos Humanos e Direito Processual do Trabalho. Professor convidado do Programa de Pós-Graduação Lato Sensu da PUC/SP (Cogeae). Desembargador do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região/ES. Diretor da Escola Judicial do TRT da 17ª Região (biênio 2009/2011). Ex-Procurador Regional do Trabalho do Ministério Público do Trabalho. Vice-Presidente do TRT da 17ª Região/ES (biênio 2011/2013). Tem experiência na área de Direito, atuando principalmente nas seguintes subáreas: direitos humanos, direitos fundamentais, direitos sociais trabalhistas, direitos metaindividuais, acesso à justiça e direito processual (civil e trabalhista).

OUTRAS INFORMAÇÕES

Carga horária: 30 horas

Data de início: 07/08; 21/08; 04/09; 18/09; 25/09; 09/10; 23/10; 30/10; 13/11 e 27/11

Dia da semana: sexta-feira

Horário: 11h30 às 13h10

Local: sala 4



Carreira
Acadêmica

GP - POLÍTICAS JUDICIÁRIAS E DESJUDICIALIZAÇÃO

APRESENTAÇÃO

Objeto: O grupo de pesquisa Acesso à Justiça, Políticas Judiciais e Desjudicialização contempla a justiça como virtude, fundamento ético de igualdade ou equidade, passível de ser consagrado por vias plurais. Considera o acesso à justiça como o direito fundamental a uma tutela ou prestação com potencial para consagração de uma ordem de valores, direitos e interesses, que pode ser consagrado mediante o percurso de diferentes vias, desde que efetivas – que pacifiquem o conflito –, tempestivas – que produzam resultados em um prazo razoável – e adequadas – que atendam às particularidades do caso concreto.

Versatilidade: As pesquisas realizadas no Grupo podem ser enquadradas nas duas linhas de pesquisa do Programa de Direitos e Garantias Fundamentais da FDV.

Articulação com a linha da Sistema de Justiça e Concretização dos Direitos Fundamentais: É efetivada com a análise crítica e propositiva das causas e efeitos produzidos pelos obstáculos econômicos, organizacionais, processuais, culturais, sociais e psicológicos à efetivação do direito fundamental de acesso à justiça no âmbito do Judiciário. No campo da crítica, investiga as causas da cultura da judicialização, seus elementos estruturantes e os riscos a ela inerentes. No plano contributivo, prestigia a proposição de políticas judiciais comprometidas com a amenização dos múltiplos entraves analisados e a consolidação dos órgãos do Poder Judiciário como Centros Multiportas de gestão adequada de conflitos de interesses.

Articulação com a linha Democracia, Cidadania e Direitos Fundamentais: É estabelecida com o estudo dos limites e possibilidades de utilização de vias alternativas – ao processo judicial – de efetivação do direito fundamental de acesso à justiça no Brasil, para efeito de prevenção e resolução de conflitos de interesses de diferentes naturezas. No rol de vias contempladas, prioriza-se o estudo da mediação, da negociação, da conciliação, da arbitragem e das serventias extrajudiciais. Prestigia a proposição de políticas locais, regionais e nacionais comprometidas com o estabelecimento de diretrizes para o desenvolvimento de ações de fomento à desjudicialização.

PÚBLICO-ALVO

A partir do 1º período.

DOCENTE

Ricardo Goretti



Doutorado em Direitos e Garantias Fundamentais pela FDV (2016), Mestrado em Direitos e Garantias Fundamentais pela FDV (2008), Especialização em Resolução Alternativas de Disputas pela Universidade de Buenos Aires – Argentina (2008), Especialização em Direitos e Garantias Fundamentais pela FDV (2005), Graduação em Direito pela FDV (2003). Coordenador do Curso de Direito da FDV. Consultor de órgãos públicos e instituições privadas em projetos de negociação, conciliação, mediação. Tem experiência na área do Direito, com ênfase nos seguintes temas: gestão adequada de conflitos, acesso à justiça, teoria e prática da negociação, conciliação, mediação e arbitragem. Membro do Conselho Superior da Câmara de Mediação e Arbitragem CINDES / FINDES. Advogado.

OUTRAS INFORMAÇÕES

Carga horária: 30 horas

Data de início: 07/08; 21/08; 04/09; 18/09; 25/09; 09/10; 23/10; 30/10; 13/11 e 27/11

Dia da semana: sexta-feira

Horário: 11h30 às 13h10

Local: sala 11



Carreira
Acadêmica

GP - ESTADO, DEMOCRACIA CONSTITUCIONAL E DIREITOS FUNDAMENTAIS

APRESENTAÇÃO

O grupo propõe-se a aprofundar estudos concernentes à justificação e à efetivação dos direitos fundamentais, analisando ainda a sua legitimidade, mediante a correlação entre direito e democracia, em uma abordagem que exorbita o âmbito estatal. Os estudos desenvolvidos pretendem contribuir para a geração de conhecimento que permita enfrentar problemas jurídicos contemporâneos em uma sociedade complexa.

PÚBLICO-ALVO

A partir do 1º período.

DOCENTES

Adriano Sant'ana Pedra



Doutor em Direito do Estado (PUC/SP), mestre em Direitos e Garantias Fundamentais (FDV), mestre em Física Quântica (UFES), especialista em Justiça Constitucional e Tutela Jurisdicional de Direitos (Università degli Studi di Pisa), especialista em Economia e Direito do Consumo (Universidad de Castilla-La Mancha), bacharel em Direito (UFES) e bacharel em Física (UFES). É professor permanente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu - Mestrado e Doutorado em Direitos e Garantias Fundamentais da Faculdade de Direito de Vitória (FDV) (conceito CAPES 4). Professor do Curso de Direito da FDV, professor da Escola da Magistratura do Espírito Santo (EMES), membro da Associação Internacional de Direito Constitucional (IACL) e procurador federal. Tem experiência na área de Direito Público, com ênfase em Direito Constitucional e Direito Administrativo.

Daury César Fabríz



Daury Cesar Fabríz. Doutor e Mestre em Direito Constitucional pela Faculdade de Direito da UFMG. Professor da FDV graduação e pós-graduação "stricto sensu" em Direitos e Garantias Fundamentais. Advogado.

Karoline Marchiori Assis



Doutora em Direito (Universität Münster) e doutora em Direito Econômico e Financeiro (USP), com distinção acadêmica. Graduada em Direito (USP) e em Administração (FGV-EAESP), com bolsa CAPES. Professora da FDV e coordenadora da especialização em Direito Tributário. Atua em Direito Tributário, Direito Financeiro e temas correlatos, com participação em associações científicas da área.

OUTRAS INFORMAÇÕES

Carga horária: 30 horas

Data de início: 07/08; 21/08; 04/09; 18/09; 25/09; 09/10; 23/10; 30/10; 13/11 e 27/11

Dia da semana: sexta-feira

Horário: 11h30 às 13h10

Local: sala 5



GP - HERMENÊUTICA JURÍDICA E JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL

APRESENTAÇÃO

O grupo de pesquisa Hermenêutica Jurídica e Jurisdição Constitucional objetiva contribuir para o fomento de pesquisa, discussão e produção científica em torno de estudos sobre a atuação do Poder Estatal em sua proposta de concretização de direitos fundamentais, focando, especialmente, a atuação da Jurisdição Constitucional, no cenário contemporâneo que envolve fenômenos como a crise do dogma da "separação de Poderes", a "Judicialização da política" e a "politização da justiça", num "mundo globalizado". Além desta proposta, o Grupo também pretende aprofundar e difundir o conhecimento sobre hermenêutica jurídica, incentivando uma postura crítico-reflexiva dos participantes acerca da interpretação e aplicação do Direito a partir e além dos Tribunais. Tudo isso, à luz do atual paradigma constitucional do Estado Democrático de Direito.

PÚBLICO-ALVO

A partir do 1º período.

DOCENTES

Américo Bedê Freire Júnior



Graduação em Direito pela Universidade Federal do Maranhão (1997), mestrado em Direitos e Garantias Constitucionais Fundamentais - Faculdades de Vitória (2004) e doutorado em Direitos Fundamentais - Faculdades de Direito de Vitória (2014). Atualmente é Professor titular do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu da - Faculdades de Vitória e Professor da graduação da FDV/ES. Atuando principalmente nos seguintes temas: processo penal, direito constitucional, direito penal, princípios constitucionais processo penal. Ex-Promotor de Justiça/ MA aprovado em 1 lugar, ex-Procurador da Fazenda Nacional. Juiz Federal Titular em Vitoria /ES aprovado em 1 lugar no 8 concurso do TRF da 2 região.

Cássius Guimarães Chai



Diplomado pela Escola Superior de Guerra: Curso Superior de Defesa e Curso de Política e Estratégia, 2019. Graduado em Direito pela Universidade Federal do Maranhão (1994), com especialização em Direito e Sociedade pela Universidade Federal de Santa Catarina (1999), mestrado em Direito Constitucional pela Universidade Federal de Minas Gerais (2001) e doutorado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais e pela Cardozo School of Law - Yeshiva University (2006); Visiting Law Professor The Normal University of Political Science and Law of Beijing e de Shanghai; Visiting Researcher and Lecturer Chinese Academy of Social Sciences - International Institute of Law. Visiting Research Scholar Cardozo School of Law, 2003. Estudos

Doutorais e de pós.doutorado em Derecho Administrativo de la Sociedad del Conocimiento - Universidad de Salamanca, 2007 a 2010; Estudos pós.doutorais e Visiting Professor, guest of Legal Department of Central European University - Hu, 2007; estudos extraordinários European University Institute - ITA, 2010; estudos na The Hague Academy of International Law - Haia, 2011; Professor Titular da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão (ESMPMA); Professor Associado da Universidade Federal do Maranhão, Curso de Graduação em Direito, área Direito Público, e titular do programa de pós-graduação em Direito e Instituições do Sistema de Justiça; Professor Permanente do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Direito de Vitória em Direitos e Garantias Fundamentais, tutor da disciplina Geopolítica, Criminologia e Desenvolvimento. Membro-professor da International Association of Constitutional Law; Membro da ESIL - European Society of International Law; Membro da International Association of Political Science e da Association Française de Science Politique; International Association of Penal Law; Law and Society Association. Promotor de Justiça do Ministério Público do Maranhão - concurso de 1995; e, membro da International Association of Prosecutors, 2003. Tem experiência na área de Direito e das Ciências Políticas, com ênfase em Direito Público: Direito Constitucional, Direito Internacional, Direito Administrativo, Direito de Família e Teoria do Direito e da Constituição, atuando principalmente nos seguintes temas: controle da administração pública, papel socioinstitucional do Ministério Público e políticas públicas; controle de constitucionalidade e processo constitucional; Saúde Pública e Direitos Humanos; Sistemas Internacionais de Proteção aos Direitos Humanos, Combate ao trabalho escravo e tráfico de pessoas; Justiça Global e Prevenção ao Crime: Contra-terrorismo; Criminalidade Organizada e Corrupção; Geopolítica, Criminologia e Desenvolvimento.

OUTRAS INFORMAÇÕES

Carga horária: 30 horas

Data de início: 07/08; 21/08; 04/09; 18/09; 25/09; 09/10; 23/10; 30/10; 13/11 e 27/11

Dia da semana: sexta-feira

Horário: 11h30 às 13h10

Local: sala 10



GP - POLÍTICAS PÚBLICAS, DIREITO À SAÚDE E BIOÉTICA - BIOGEPE

APRESENTAÇÃO

Elda Coelho de Azevedo Bussinguer iniciou suas atividades no primeiro semestre de 2012 e, desde então, tem se dedicado ao estabelecimento das bases teóricas necessárias para a qualificação do debate e da análise dos problemas que envolvem sua temática. O BIOGEPE promove uma aproximação teórica entre os três eixos de pesquisa que o sustenta, concretizando projetos científicos pautados na interdisciplinaridade do Direito à Saúde, novo ramo jurídico ainda não incorporado ao ensino jurídico brasileiro, e da Bioética, ciência emergente que desde muito cedo deixou de se preocupar exclusivamente com os conflitos morais de natureza individual, ligados à ética biomédica, passando a abranger como objeto o enfrentamento ético de temas socialmente relevantes tais como a exclusão social, a equidade e universalidade no atendimento à saúde, etc. Além disso, certamente, dentre as fontes do Direito Sanitário no Brasil destacam-se os movimentos sociais em prol da democratização do Estado de Direito, nos anos 80, bem como o desenvolvimento multidisciplinar deste ramo no âmbito do Direito e das Políticas Públicas. Assim, o grupo promove um aprofundamento teórico na compreensão do Direito à saúde e suas interfaces com a política, com a economia, com a ética e com a justiça, em seus múltiplos e derivados sentidos e aplicações.

PÚBLICO-ALVO

A partir do 1º período.

DOCENTE

Ana Carolina De Sousa Castro



Professora permanente na Faculdade de Direito de Vitória (FDV). Realizou um pós-doutorado no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo e integrante do Laboratório de Pesquisas em Política Ambiental e Justiça (LAPAJ). Professora do Programa de Pós-graduação em Direito da Faculdade de Direito de Vitória, lecionando a disciplina Direito, Sociedade e Cultura. Doutora em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ), com doutorado sanduíche realizado na École des Hautes Études en Sciences Sociales, em Paris-França. Pesquisadora associada do Núcleo de Pesquisas em Direito e Ciências Sociais - DECISO. Foi bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. Foi assistente editorial da Revista de Estudos Empíricos em Direito. Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas (2017) e graduanda em Ciências Sociais pela Universidade pela mesma instituição (2014). Graduada em Direito pela Universidade Federal de Alagoas (2013). Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia Política do Direito, Sociologia Rural, Sociologia do Agronegócio, Direito Climático e Litigância Climática.

Elda Coelho de Azevedo Bussinguer



Livre Docente pela Universidade do Rio de Janeiro (UNI-RIO- 1991). Doutora em Bioética pela UnB, Mestre em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV-2008). Mestre em Enfermagem pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ-1988). Graduada em Direito pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV-2002). Graduada em Enfermagem e Obstetrícia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES-1979).

Professora Associada aposentada da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Coordenadora de Pesquisa da Faculdade de Direito de Vitória (FDV). Professora do programa de Pós-Graduação em Direitos e Garantias Fundamentais da FDV (Mestrado e Doutorado).

OUTRAS INFORMAÇÕES

Carga horária: 30 horas

Data de início: 07/08; 21/08; 04/09; 18/09; 25/09; 09/10; 23/10; 30/10; 13/11 e 27/11

Dia da semana: sexta-feira

Horário: 11h30 às 13h10

Local: miniauditório



GP - TEORIA CRÍTICA DO CONSTITUCIONALISMO

APRESENTAÇÃO

O presente grupo de pesquisa nasce da constatação da necessidade de se aprofundar no Brasil os estudos sobre a conexão entre a matriz teórica baseada na filosofia crítica dos direitos humanos e fundamentais e a história do constitucionalismo, valorizando-se a narrativa e a linguagem e, ao mesmo tempo, reconhecendo tanto as origens europeias do direito brasileiro quanto as peculiaridades da realidade da nossa condição (latino) americana.

PÚBLICO-ALVO

A partir do 1º período.

DOCENTE

Nelson Camatta Moreira



Pós-doutoramento em Direito pela Universidad de Sevilla (bolsa CAPES). Pós-doutoramento em Direito em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Doutor em Direito pela Unisinos, com estágio anual na Universidade de Coimbra (bolsa CAPES). Mestre em Direito pela Unisinos (bolsa CAPES). Professor do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu (doutorado e mestrado) e da graduação em Direito da Faculdade de Direito de Vitória (FDV-ES). Líder do Grupo de Pesquisa CNPq Teoria Crítica do

Constitucionalismo, da FDV. Profesor Invitado, adjunto al Programa Academic Visitor de la Facultad de Derecho de la Universidad de Sevilla (2015/16). Miembro del Grupo de Investigación Antagónicos de la Facultad de Derecho de la Universidad de Sevilla (2015/16). Colaborador en Seminarios con la Cátedra Abierta de Derecho y Literatura de la Universidad de Málaga (2015/16). Bolsista de Produtividade em Pesquisa FAPES (2023-). Ex-presidente (biênios 2019/20 e 2021/22) e Membro Honorário Rede Brasileira Direito e Literatura (RDL). Coordenador do Projeto de Extensão Café, Direito e Literatura (FDV-ES). Ex-diretor da Escola Superior de Advocacia do Espírito Santo (OAB-ESA/ES), triênio 2010/12. Advogado.

OUTRAS INFORMAÇÕES

Carga horária: 30 horas

Data de início: 07/08; 21/08; 04/09; 18/09; 25/09; 09/10; 23/10; 30/10; 13/11 e 27/11

Dia da semana: sexta-feira

Horário: 11h30 às 13h10

Local: sala 9



GP - ESTADO E CONSTITUIÇÃO

APRESENTAÇÃO

Os trabalhos desenvolvidos pelo grupo têm conseguido construir uma base teórico-prática para o entendimento das circunstâncias que envolvem o perfil do Estado Constitucional contemporâneo e as transformações que vem sofrendo, em face, particularmente, do processo dito de globalização, dando especial relevância aos reflexos sentidos, por um lado, em seu modelo de Estado Constitucional e, por outro, mais específico, em sua perda de capacidade regulatória, assim como em sua conformação orgânico-funcional. O Grupo, em parceria com a Universidade de Sevilla/ES (Prof. Alfonso de Julius-Campuzzano), Roma I/IT (Prof. Roberto Micù), Firenze/IT (Prof. Emilio Santoro), CES-UC/PT (Prof. Bruno Sena Martons) e PPGDs da UIT, UFSCAR, UNICAP, UFBA e UFSM, tem desenvolvido o projeto Rede de Pesquisa Estado & Constituição – REPE. &C.

PÚBLICO-ALVO

A partir do 1º período.

DOCENTE

José Luiz Bolzan de Moraes



Professor da Faculdade de Direito de Vitória – graduação e pós-graduação (mestrado e doutorado); Mestre em Ciências Jurídicas (PUC/RJ); Doutor em Direito do Estado (UFSC e Université de Montpellier I – France); Pós-doutoramento em Direito Constitucional (Univ. de Coimbra/PT). Coordenador da Rede Internacional de Pesquisa “Estado & Constituição”. Professor Visitante da U. di Firenze/IT. Pesquisador PQ/CNPQ. karkaroline

OUTRAS INFORMAÇÕES

Carga horária: 30 horas

Data de início: 07/08; 21/08; 04/09; 18/09; 25/09; 09/10; 23/10; 30/10; 13/11 e 27/11

Dia da semana: sexta-feira

Horário: 11h30 às 13h10

Local: sala 3



GP – SISTEMA PENAL E SEGURANÇA PÚBLICA

APRESENTAÇÃO

O grupo de pesquisa atua, sobretudo, no campo da criminologia e das políticas públicas e seu objetivo é promover e difundir o conhecimento criminológico a partir de uma perspectiva interdisciplinar. As pesquisas desenvolvidas se situam no campo do controle social formal e informal, nas suas interações com as diferentes relações de poder em sociedade. Nesse sentido, a justiça criminal e as políticas de segurança são o principal objeto das pesquisas desenvolvidas pelo grupo, para compreender os mecanismos de sua atuação, tanto no contexto dos processos de criminalização quanto no âmbito dos processos de imunização. &C.

PÚBLICO-ALVO

A partir do 1º período.

DOCENTE

Israel Domingos Jório



Doutor e mestre em Direitos e Garantias Fundamentais (FDV) e especialista em Direito Penal e Processual Penal (FDV). Graduado em Direito (UVV). Professor de Direito Penal da FDV e advogado. Atua em Direito Penal, Processo Penal, Criminologia Crítica e Política Criminal.

Raphael Boldt de Carvalho



Pós-Doutorado em Criminologia pela Universität Hamburg, com bolsa de estudos concedida pelo DAAD (Deutscher Akademischer Austauschdienst). Doutor e Mestre em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV/ES) com estágio doutoral realizado na Johann Wolfgang-Goethe Universität/Frankfurt am Main. Pesquisador visitante junto ao Instituto para Ciências Criminais e Filosofia do Direito (Institut für Kriminalwissenschaften und Rechtsphilosophie) da Universidade de Frankfurt e ao Instituto Max Planck de História do Direito Europeu (Max-Planck-Institut für europäische Rechtsgeschichte). Professor da FDV. Advogado criminalista.

OUTRAS INFORMAÇÕES

Carga horária: 30 horas

Data de início: 07/08; 21/08; 04/09; 18/09; 25/09; 09/10; 23/10; 30/10; 13/11 e 27/11

Dia da semana: sexta-feira

Horário: 11h30 às 13h10

Local: sala 6